



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

JUNHO-2022

Copel Distribuição S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06 | Inscrição Estadual 90.233.073-99

Companhia de Capital Aberto - Categoria "B" – CVM 2680-8

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossunguê - Curitiba – PR CEP 81200-240

SUMÁRIO

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	3
1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	3
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	7
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	11
Balanço Patrimonial.....	11
Balanço Patrimonial.....	12
Demonstrações de Resultados	13
Demonstrações de Resultados Abrangentes	14
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	16
Demonstrações do Valor Adicionado.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
1. Contexto Operacional.....	18
2. Base de Preparação.....	18
3. Principais Políticas Contábeis.....	19
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
5. Títulos e Valores Mobiliários	20
6. Clientes	21
7. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos	22
8. Ativos de Concessão.....	24
9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão.....	25
10. Outros Créditos.....	25
11. Tributos	26
12. Depósitos Judiciais	30
13. Intangível	31
14. Obrigações Sociais e Trabalhistas.....	31
15. Fornecedores	31
16. Empréstimos e Financiamentos	32
17. Debêntures	34
18. Benefícios Pós-Emprego	36
19. Encargos do Consumidor a Recolher	37
20. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.....	37
21. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos	38
22. Outras Contas a Pagar	40
23. Provisões para Litígios e Passivo Contingente	40
24. Patrimônio Líquido	42
25. Receita Operacional Líquida.....	44
26. Custos e Despesas Operacionais	46
27. Resultado Financeiro	49
28. Instrumentos Financeiros	50
29. Transações com Partes Relacionadas.....	58
30. Compromissos.....	60
31. Seguros	60
32. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	60
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	61
PARECER DO CONSELHO FISCAL	62
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE	63
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	65

1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/22.

É uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país e da América Latina, operando e realizando manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço, além de realizar investimentos necessários para expansão do sistema elétrico.

A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kv e sua área de concessão abrange 1.113 localidades, pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Os municípios de Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente.

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Linhas de distribuição

2.1.1 Programa Transformação

O Programa Transformação constitui um amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação. Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, redução dos custos com serviços de O&M e comerciais e aprimoramento no controle dos indicadores de DEC e FEC.

O programa é composto por 3 projetos pilares para o atingimento dos objetivos:



Paraná Trifásico: Representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais. O montante de km de rede é de 8.676 km até junho/22.

Rede Elétrica Inteligente: Implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição. Até o final de junho de 2022 já estavam instalados 375.000 medidores inteligentes.



Confiabilidade Total: Visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir das seguintes premissas: manter a comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede, implementar automação nos equipamentos especiais, manter a totalidade de município da concessão com subestação ou chave especial e ampliar os circuitos de rede e equipamento Self Healing. Até o final de junho o projeto concluiu 61,5% do cronograma previsto.

O Programa Transformação abrange a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.

2.1.2 Redes Compactas e Protegidas

A Companhia vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos. As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de junho de 2022, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 20.207 km ante 15.955 km em junho de 2021, um acréscimo de 4.252 km, ou 26,65%, em doze meses.

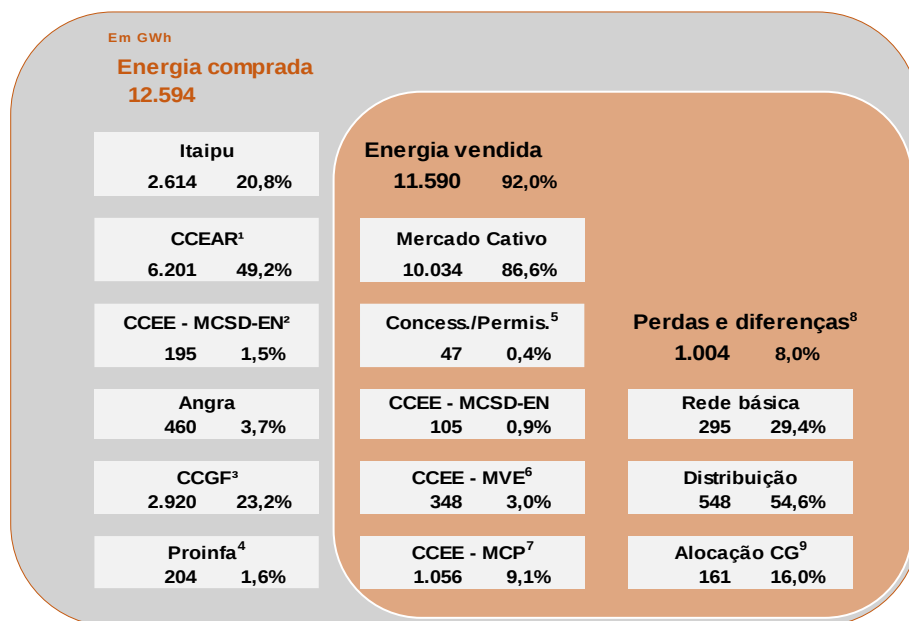
2.1.3 Rede Secundária Isolada

A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de junho de 2022, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 21.349 km, ante 20.348 km em junho de 2021, um acréscimo de 1.001 km, ou 4,92%, em doze meses.

2.2 Mercado de energia

A aquisição de energia pela Copel Distribuição aumentou 0,9% no 1S22 ante ao 1S21, passando de 12.482 GWh para 12.594 GWh. A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o Mercado Cativo, considerando um aumento de 2,1% no consumo de energia entre os períodos.

A seguir, são apresentados os fluxos de energia da Copel Distribuição no 1º semestre/2022:



¹CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

²Cessão MCSD EN - Cessão contratual a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova

³CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (Lei nº 12.783 de 11/01/2013)

⁴Proinfa - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

⁵Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano

⁶MVE - Venda de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes

⁷CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

⁸Perdas e diferenças na distribuição, considera os efeitos de Mini e Microgeração Distribuída – MMDG

⁹Alocação de contratos no CG - Centro de Gravidade

2.2.1 Venda de energia

Na tabela a seguir é apresentada a venda de energia no período, bem como o número de consumidores/contratos:

	N de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	jun/22	jun/21	Δ%	jan-jun/22	jan-jun/21	Δ%
Mercado Cativo	4.969.191	4.889.893	1,6	10.034	9.824	2,1
Concessionárias e Permissionárias	7	7	-	47	43	9,3
CCEE(Cessão MCS D EM)	284	396	(28,3)	105	349	(69,9)
CCEE - MVE	22	11	100,0	348	205	69,8
CCEE - MCP	-	-	-	1.056	736	43,5
Total venda de energia	4.969.504	4.890.307	1,6	11.590	11.157	3,8
Micro e Mini geração distribuída - MMDG				(527)	(288)	83,0
Mercado Total				11.062	10.869	1,8

Mercado Fio (TUSD)

O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, apresentou crescimento de 1,6% no consumo de energia elétrica no segundo trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior e 3,8% no acumulado do ano.

A tabela abaixo apresenta o consumo de energia - mercado fio, segregando entre consumidores cativos e livres:

	N de consumidores / contratos			Energia vendida (MWh)		
	jun/22	jun/21	Δ%	jan-jun/22	jan-jun/21	Δ%
Residencial	4.085.179	3.995.886	2,2	4.209.364	4.081.151	3,1
Industrial	70.583	71.964	(1,9)	6.083.207	5.930.550	2,6
Cativo	69.535	71.016	(2,1)	1.052.007	1.144.100	(8,0)
Livre	1.048	948	10,5	5.031.200	4.786.450	5,1
Comercial	426.450	418.027	2,0	3.248.259	2.965.946	9,5
Cativo	425.101	416.889	2,0	2.249.839	2.101.330	7,1
Livre	1.349	1.138	18,5	998.420	864.616	15,5
Rural	336.404	345.800	(2,7)	1.364.785	1.368.346	(0,3)
Cativo	336.360	345.768	(2,7)	1.302.404	1.317.617	(1,2)
Livre	44	32	37,5	62.381	50.729	23,0
Outros	53.028	60.344	(12,1)	1.223.232	1.182.453	3,4
Cativo	53.016	60.334	(12,1)	1.219.977	1.179.898	3,4
Livre	12	10	20,0	3.255	2.555	27,4
MERCADO FIO TOTAL	4.971.651	4.892.028	1,6	16.598.601	15.991.397	3,8
Mercado Cativo	4.969.191	4.889.893	1,6	10.033.591	9.824.096	2,1
Mercado Livre	2.453	2.128	15,3	6.095.258	5.704.350	6,9
Suprimento e Concessionárias	7	7	-	469.753	462.951	1,5

Esse resultado é decorrente do consumo das classes, comparando-se o acumulado de cada ano até junho/2022 e junho/2021:



Comercial: houve aumento de 9,5%, tendo em vista a retomada da atividade econômica dos ramos que mais sofreram com as restrições de circulação durante a pandemia da Covid-19, e que obtiveram os melhores resultados, verificado no crescimento do consumo, tais como nas atividades: Alojamento (hotéis e pousadas), Atividades esportivas (clubes sociais), Educação (escolas e universidades), Organizações Associativas (igrejas e sindicatos), alimentação (restaurantes e lanchonetes).



Industrial: apresentou crescimento de 2,6% em função do crescimento do consumo de: setores de Metalurgia; Fabricação de Produtos Alimentícios; e Fabricação de Celulose e Papel;



Outras classes: aumento de 3,4% devido, principalmente, à classe Poder Público pelo retorno das atividades presenciais a partir da flexibilização das medidas restritivas, em especial, no ensino público;



Residencial: com aumento de 3,1% reflexo do aumento do número de consumidores e das elevadas temperaturas observadas nos primeiros meses do ano;



Rural: com redução de 0,3% impactado pelo decréscimo no número de consumidores cativos em 2,7% e redução no consumo da atividade de Agricultura e Pecuária.

2.3 Reajuste tarifário

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na RTP de junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

Dos componentes que mais impactaram a tarifa neste processo, destacam-se os encargos setoriais e os custos relacionados à distribuição de energia. O impacto dos encargos setoriais ainda foi mitigado em função da redução, para fins da definição da cobertura tarifária da CDE, do valor de R\$ 318 milhões, equivalente à CDE Modicidade Eletrobrás, decorrentes do processo de capitalização da Eletrobrás. Além disso, também merece destaque o componente financeiro negativo referente à devolução dos créditos de Pis/COFINS (NE 11.5), atenuando o reajuste em R\$ 1,593 bi, em benefício ao consumidor.

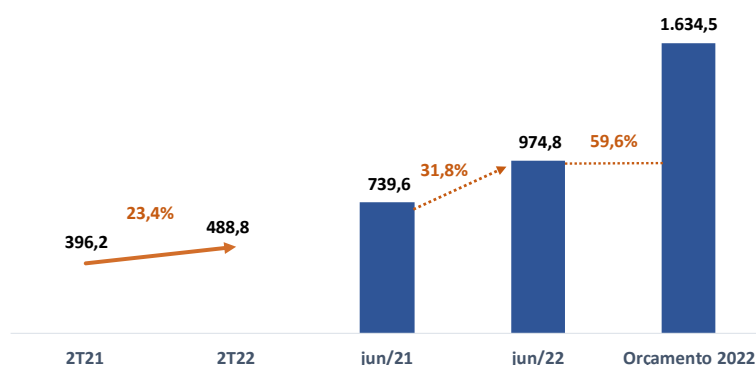
2.4 Tarifas

Tarifa média de fornecimento (a) - R\$/MWh	jun/22	jun/21	Δ%
Industrial	531,9	496,7	7,1
Residencial	529,1	485,6	9,0
Comercial	628,5	576,9	8,9
Rural	587,3	493,4	19,0
Outros	397,1	354,0	12,2
Tarifa média de fornecimento e disponibilidade - R\$/MWh	586,1	535,8	9,4
Tarifa média de demanda - R\$/KW	29,0	26,4	9,8

A tarifa média não considera bandeiras tarifárias, sem Pis/Cofins, líquido de ICMS.

2.5 Investimentos

Os investimentos até junho/2022 alcançaram R\$ 974,8 mi, 31,8% superior a junho/2021, destinado ao aperfeiçoamento do sistema elétrico de distribuição. O programa de investimentos para 2022 prevê o montante de R\$ 1.634,5 milhões, dos quais 59,6% foram aplicados.



2.6 Administração

	jun/22	jun/21	Δ
Empregados DIS	4.304	4.586	(282)

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Resultado Líquido

O resultado da Copel Distribuição em junho/2022 foi negativo em R\$ 779,7 mi (lucro líquido de R\$ 405,1 mi em junho/2021), sendo impactado, principalmente, pela revisão do risco do passivo contingente da ação do ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins, no montante total de R\$ 1.821,9 mi, que produziu efeitos de R\$ 810,6 mi no resultado operacional referente ao principal e de R\$ 1.011,4 mi no resultado financeiro relativos à variação monetária. O detalhamento consta na NE nº 11.5.2.

Além deste fato, destacam-se: (a) o aumento da Receita Operacional Líquida em função da recuperação gradual do mercado e do reajuste tarifário; (b) redução nos custos de Pessoal pela melhora da eficiência, reversão das provisões para PLR e Prêmio de Desempenho; e (c) da elevação dos encargos da dívida.

O Ebitda Societário sofreu os efeitos do reconhecimento da destinação de créditos tributários relacionados à ação do Pis/Cofins, percebidos no 2º trimestre/2022. Desconsiderando-se este fato, para fins de comparabilidade, a Companhia alcançou o Ebitda ajustado de R\$ 810,9 mi em junho/2022, 12,7% superior ao Ebitda de junho/2022 de R\$ 719,1 mi, como demonstrado:

	2T22	2T21	ΔR\$	Δ%	jun/22	jun/21	ΔR\$	Δ%
Lucro líquido do período	(1.007.772)	231.771	(1.239.543)	-534,8%	(779.735)	405.075	(1.184.810)	-292,5%
IRPJ e CSLL diferidos	(578.935)	119.806	(698.741)	-583,2%	(592.364)	106.171	(698.535)	-657,9%
Provisão para IRPJ e CSLL	(15)	5.156	(5.171)	-100,3%	134.029	110.987	23.042	20,8%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	1.040.911	(79.472)	1.120.383	-1409,8%	1.018.860	(103.192)	1.122.052	-1087,3%
Lajir/Ebit	(545.811)	277.261	(823.072)	-296,9%	(219.210)	519.041	(738.251)	-142,2%
Depreciação e Amortização	111.036	99.955	11.081	11,1%	219.561	200.009	19.552	9,8%
Lajida/Ebitda	(434.775)	377.216	(811.991)	-215,3%	351	719.050	(718.699)	-100,0%
(+) Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	810.563	-	810.563	-	810.563	-	810.563	-
Lajida/Ebitda ajustado	375.788	377.216	(1.428)	-0,4%	810.914	719.050	91.864	12,8%
Receita Operacional Líquida - ROL	3.225.986	3.336.462			6.747.954	6.411.052		
Margem Ebitda ajustado / ROL	11,6%	11,3%			12,0%	11,2%		

A Companhia divulga seu Ebitda ou Lajida como forma de medir seu desempenho, embora esse indicador não seja uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade.

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.2 Resultado trimestral e anual

	2T22	2T21	ΔR\$	Δ%	jun/22	jun/21	ΔR\$	Δ%
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	3.094.003	3.236.626	(142.623)	(4,4)	6.495.651	6.228.877	266.774	4,3
(-) Receita de Construção	523.319	430.849	92.470	21,5	963.288	762.258	201.030	26,4
(=) Receita Operacional Líquida ajustada (a)	2.570.684	2.805.777	(235.093)	(8,4)	5.532.363	5.466.619	65.744	1,2
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela A	1.883.108	2.105.315	(222.207)	(10,6)	4.055.176	4.056.294	(1.118)	(0,0)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.424.827	1.555.451	(130.624)	(8,4)	2.867.080	2.966.970	(99.890)	(3,4)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	458.281	549.864	(91.583)	(16,7)	1.188.096	1.089.324	98.772	9,1
(=) Receita de distribuição	687.576	700.462	(12.886)	(1,8)	1.477.187	1.410.325	66.862	4,7
(+) Valor justo Ativos indeniz concessão	30.493	27.930	2.563	9,2	58.963	41.559	17.404	41,9
(+) Outras Receitas (b)	101.490	71.905	29.585	41,1	193.340	140.615	52.725	37,5
(=) Receita total	819.559	800.298	19.261	2,4	1.729.490	1.592.500	136.990	8,6
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela B	1.365.370	523.037	842.333	161,0	1.948.700	1.073.459	875.241	81,5
PMSO	443.771	423.082	20.688	4,9	918.576	873.450	45.126	5,2
Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	810.563	-	810.563	-	810.563	-	810.563	-
Amortização	111.036	99.955	11.082	11,1	219.561	200.009	19.552	9,8
(=) Resultado das Atividades	(545.811)	277.261	(823.072)	(296,9)	(219.210)	519.041	(738.251)	(142,2)
(+/-) Resultado Financeiro	(1.040.911)	79.472	(1.120.383)	(1.409,8)	(1.018.860)	103.192	(1.122.052)	(1.087,3)
Resultado Financeiro	(29.541)	79.472	(109.013)	(137,2)	(7.490)	103.192	(110.682)	(107,3)
Receita Financeira	147.996	116.878	31.118	26,6	310.134	228.180	81.954	35,9
(-) Despesa Financeira	177.537	37.406	140.131	374,6	317.624	124.988	192.636	154,1
Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	1.011.370	-	1.011.370	-	1.011.370	-	1.011.370	-
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.586.722)	356.733	(1.943.455)	(544,8)	(1.238.071)	622.233	(1.860.303)	(299,0)
(-) Tributos	578.950	(124.961)	703.912	(563,3)	458.335	(217.157)	675.492	(311,1)
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(1.007.772)	231.772	(1.239.544)	(534,8)	(779.735)	405.076	(1.184.811)	(292,5)

*Visão gerencial da Demonstração de Resultados

(a) Receita Líquida ajustada: ROL (-) Receita de construção, Valor justo do Ativo Indenizável da concessão e Outras Receitas.

(b) Outras receitas líquida de tributos

3.3 Receitas

	2T22	2T21	ΔR\$	Δ%	jun/22	jun/21	ΔR\$	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.539.688	5.329.083	210.605	4,0	12.329.520	10.432.873	1.896.647	18,2
Fornecimento de Energia Elétrica	1.980.749	1.902.979	77.770	4,1	5.070.641	3.826.935	1.243.706	32,5
Disponibilidade da rede elétrica	2.253.577	2.096.878	156.699	7,5	4.786.835	4.261.546	525.289	12,3
Doações e subvenções	191.761	175.504	16.256	9,3	385.457	342.791	42.665	12,4
Suprimento	67.861	150.377	(82.516)	(54,9)	123.329	187.429	(64.100)	(34,2)
Receita de construção	523.319	430.849	92.470	21,5	963.288	762.258	201.030	26,4
Valor justo Ativo indenizável da concessão	30.493	27.930	2.563	9,2	58.963	41.559	17.404	41,9
Ativos e passivos financeiros setoriais	390.438	472.660	(82.222)	(17,4)	747.667	869.739	(122.072)	(14,0)
Outras receitas operacionais	101.490	71.905	29.585	41,1	193.340	140.615	52.725	37,5
(-) DEDUÇÕES	(2.313.702)	(1.992.621)	(321.080)	16,1	(5.581.566)	(4.021.821)	(1.559.744)	38,8
Tributos	(1.533.562)	(1.384.773)	(148.789)	10,7	(3.448.311)	(2.810.289)	(638.022)	22,7
Encargos	(780.140)	(607.849)	(172.291)	28,3	(2.133.255)	(1.211.533)	(921.722)	76,1
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.225.986	3.336.462	(110.476)	(3,3)	6.747.954	6.411.052	336.902	5,3

A Companhia apurou uma Receita Operacional Líquida – ROL (NE 25) com acréscimo de 5,3%, R\$ 336,9 mi até junho/2022 em relação ao junho/2021, destacando-se:

- **Fornecimento:** aumento de R\$ 1.243,7 mi, 32,5%, impactado pelo crescimento do mercado cativo em 2,1% em 2022, pelo Reajuste Tarifário Periódico - RTP 2021, que reajustou a tarifa de energia em 11,32% e pela aplicação das Bandeiras Tarifárias, as quais apresentaram aumento de R\$ 638,6 mi no período;
- **Suprimento:** decréscimo de R\$ 64,1 mi, 34,2%, devido, sobretudo, à redução na receita da venda de energia no Mercado de Curto Prazo (CCEE) em R\$ 47,6 mi, 34,1%;
- **Disponibilidade da Rede Elétrica:** aumento de R\$ 525,3 mi, 12,3%, devido, principalmente, pelo RTP 2021, que reajustou a tarifa de uso em 8,73% e pela retomada do crescimento no mercado fio, que apresentou incremento em 3,8% até junho/2022 em relação ao mesmo período de 2021;
- **Receita de Construção:** o acréscimo de R\$ 201,0 mi, 26,4% representa o aumento no volume de obras, devido ao Programa Transformação;
- **Outras Receitas:** a variação positiva de R\$ 52,7 mi, 37,5% se deve, principalmente, pelo aumento nos arrendamentos e aluguéis de equipamentos e estruturas em R\$ 45,1 mi, 36,3%.

3.4 Custos e despesas operacionais

	2T22	2T21	ΔR\$	Δ%	jun/22	jun/21	ΔR\$	Δ%
Total dos Custos Não Gerenciáveis (Parcela A)	1.883.108	2.105.315	(222.207)	(10,6)	4.055.176	4.056.294	(1.118)	(0,0)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.424.827	1.555.451	(130.624)	(8,4)	2.867.080	2.966.970	(99.890)	(3,4)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	458.281	549.864	(91.583)	(16,7)	1.188.096	1.089.324	98.772	9,1
Total dos Custos Gerenciáveis (Parcela B)	1.365.370	523.037	842.333	161,0	1.948.700	1.073.459	875.241	81,5
PMSO	443.771	423.082	20.689	4,9	918.576	873.450	45.126	5,2
PMSO (-) provisões	377.534	373.474	4.060	1,1	753.429	767.369	(13.940)	(1,8)
Pessoal	177.589	224.225	(46.636)	(20,8)	385.995	447.487	(61.492)	(13,7)
Material	20.517	11.598	8.919	76,9	34.587	24.645	9.942	40,3
Serviços de Terceiros	129.659	104.715	24.944	23,8	238.380	222.948	15.432	6,9
Outros Custos e Despesas Operacionais	49.769	32.936	16.833	51,1	94.467	72.289	22.178	30,7
Provisões e Perdas estimadas	66.236	49.608	16.628	33,5	165.147	106.081	59.066	55,7
Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	810.563	-	810.563	-	810.563	-	810.563	-
Amortização	111.036	99.955	11.081	11,1	219.561	200.009	19.552	9,8
Custos de Construção	523.319	430.849	92.470	21,5	963.288	762.258	201.030	26,4
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.771.797	3.059.201	712.596	23,3	6.967.164	5.892.011	1.075.153	18,2

3.4.1 Custos da Parcela A

- **Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1):** Houve redução nos custos de energia comprada para revenda em R\$ 98,9 mi, 3,4%, no comparativo anual, principalmente: a) pela redução na energia no curto prazo na CCEE em R\$ 279,7 mi, 68,9%; b) compensado pelo aumento no montante de energia proveniente do sistema de geração distribuída em R\$ 193,4 mi, 147,7%; d) e aumento de R\$ 77,2 mi, 58,5% quanto ao Proinfa.
- **Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2):** Aumento de R\$ 98,8 mi, 9,1% no período reflete, principalmente: a) a elevação dos Encargos dos Serviços do Sistema em R\$ 73,3 mi, 23,3%, impactado pelo maior despacho térmico para fazer frente à crise hídrica, verificado especialmente no primeiro trimestre de 2022; e b) pelo aumento no Encargo de energia de reserva – EER em R\$ 61,8 mi, 91,3%.

3.4.2 Custos da Parcela B

Os custos da Parcela B sofreram aumento de R\$ 875,2 mi, 81,5%. Desconsiderando-se a provisão para destinação dos créditos de Pis/Cofins de R\$ 810,1 mi, o aumento foi de R\$ 64,7 mi, 6,0%, destacando-se, principalmente:

- **Pessoal** (NE 26.3): apresentaram redução de R\$ 61,5 mi, 13,7%, pela melhora na eficiência, do decréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros, e da reversão de valores do programa de desligamentos voluntários;
- **Material**: alcançaram aumento de R\$ 9,9 mi, 40,3%, tendo em vista, principalmente, as variações nos preços de combustíveis para a frota da Companhia;
- **Serviços de Terceiros** (NE 26.4): tiveram aumento de R\$ 15,4 mi, 6,9%, principalmente devido à elevação dos custos com manutenção do sistema elétrico e de atendimento ao consumidor;
- **Provisões e Perdas Estimadas** (NE 26.5): resultaram em aumento de R\$ 59,1 mi, 55,7%, devido ao aumento da PECLD em R\$ 17,3 mi, 28,1%, sendo impactada, principalmente, devido ao cenário econômico e aumento dos preços da energia elétrica decorrente da crise hídrica; e ao aumento de provisão para litígios em R\$ 41,8 mi, 93,5%, principalmente os trabalhistas.
- **Outros Custos e Despesas Operacionais** (NE 26.7): tiveram aumento de R\$ 22,2 mi, 30,7%, em função do aumento em Perdas na desativação e alienação de bens em R\$ 15,0 mi, 74,5% e com Arrendamentos e aluguéis em R\$ 5,6 mi.

3.5 Resultado Financeiro

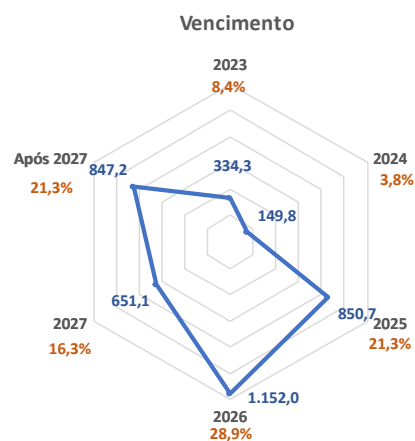
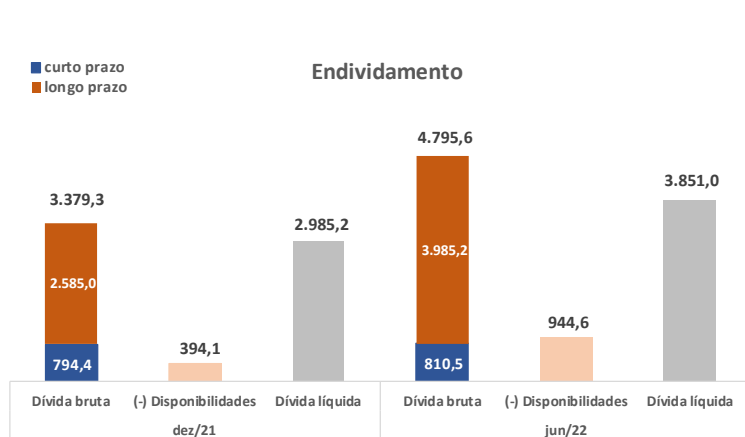
	2T22	2T21	ΔR\$	Δ%	jun/22	jun/21	ΔR\$	Δ%
Resultado Financeiro	(29.541)	79.472	(109.013)	(137,2)	(7.490)	103.192	(110.682)	(107,3)
Receitas financeiras								
Reconhecimento de crédito tributário	9.064	5.512	3.552	64,4	17.801	9.078	8.723	96,1
Acréscimos moratórios sobre faturas	82.423	86.911	(4.488)	(5,2)	155.092	163.294	(8.202)	(5,0)
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	9.826	30.337	(20.511)	(67,6)	39.333	32.801	6.532	19,9
Renda de aplicações financeiras	21.549	3.890	17.659	454,0	30.020	9.000	21.020	233,6
Variação cambial - empréstimos e financiamentos	-	(14.372)	14.372	(100,0)	-	11	(11)	(100,0)
Remuneração de ativos e passivos setoriais	43.630	5.366	38.264	713,1	75.760	9.134	66.626	729,4
Outras receitas financeiras	(11.908)	4.691	(16.599)	(353,8)	5.068	14.737	(9.669)	(65,6)
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(6.588)	(5.457)	(1.131)	20,7	(12.941)	(9.875)	(3.066)	31,1
	147.996	116.878	31.118	26,6	310.134	228.180	81.954	35,9
(-) Despesas financeiras								
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	130.363	24.815	105.548	425,3	233.087	77.917	155.170	199,1
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	9.934	199	9.735	4.891,8	14.534	26.625	(12.091)	(45,4)
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 21.2)	7.821	3.118	4.703	150,8	15.453	5.330	10.123	189,9
Remuneração de ativos e passivos setoriais	3.505	940	2.565	272,9	7.297	940	6.357	676,3
Outras despesas financeiras	25.914	8.334	17.580	210,9	47.253	14.176	33.077	233,3
	177.537	37.406	140.131	374,6	317.624	124.988	192.636	154,1
Atualização Provisão destinação de crédito de PIS/Cofins	1.011.370	-	1.011.370	-	1.011.370	-	1.011.370	-
Resultado Financeiro total	(1.040.911)	79.472	(1.120.383)	(1.409,8)	(1.018.860)	103.192	(1.122.052)	(1.087,3)

O Resultado financeiro (NE 27) apresentou decréscimo de R\$ 1,122 bi, sendo que, desconsiderando-se o efeito da atualização da provisão da destinação de créditos de Pis/Cofins, o decréscimo foi de R\$ 110,7 mi, 107,3%, sendo impactado principalmente: a) pela maior despesa de variação monetária, cambial e encargos da dívida em 2022, tendo em vista que houve emissão de Debêntures (NE 17) indexadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, índice que apresentou elevação no período comparado; b) pela elevação da remuneração líquida positiva sobre os Ativos e passivos financeiros setoriais; e c) pela maior renda de aplicações financeiras.

3.6 Perfil da dívida

Em junho/2022 a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 3,8 bilhões (dívida bruta de R\$ 4,8 bilhões), crescimento de 29,0% em relação a dezembro/2021. A dívida bruta compreende, 83% no longo prazo e 17% no curto prazo, sendo 99,5% composta por Debêntures, cujo vencimento ocorrerá, em sua maior parte, a partir de 2025.

Em 2022 a Companhia realizou a 7ª emissão de Debêntures, de R\$ 1,5 bilhões (NE 17), e realizou a quitação da dívida contratada em moeda estrangeira, no montante de R\$ 137.148 (NE 16.1), com utilização integral das cauções constituídas em garantia, de R\$ 127.797



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Balanço Patrimonial

em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	30.06.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	943.750	393.317
Cauções e depósitos vinculados		38.227	51
Clientes	6	2.741.072	3.515.448
Ativos financeiros setoriais	7	-	383.740
Outros créditos	10	379.712	455.868
Estoques		176.495	169.756
Imposto de renda e contribuição social	11.1	35.609	29.523
Outros tributos a recuperar	11.4	1.237.262	1.457.467
Despesas antecipadas		37.132	37.156
Partes relacionadas	29.3	7.700	5.725
		5.596.960	6.448.051
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	858	822
Cauções e depósitos vinculados	16.1	-	142.764
Clientes	6	87.827	70.317
Depósitos judiciais	12	377.643	361.195
Ativos financeiros setoriais	7	22.843	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	1.311.673	1.200.708
Ativos de Concessão	8	2.227.308	1.798.195
Outros créditos	10	10.204	22.742
Imposto de renda e contribuição social	11.1	19.161	18.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	1.271.545	679.181
Outros tributos a recuperar	11.4	2.796.186	2.985.951
		8.125.247	7.664.328
Investimentos		536	540
Intangível	13	6.854.104	6.596.184
Direito de uso de ativos	21.1	130.965	95.598
		15.110.852	14.356.650
TOTAL DO ATIVO		20.707.812	20.804.701

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Balanço Patrimonial

em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	30.06.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	198.395	369.864
Partes relacionadas	29	7.684	11.571
Fornecedores	15	1.334.052	1.743.382
Imposto de renda e contribuição social	11.1	25.366	-
Outras obrigações fiscais	11.4	290.405	334.738
Empréstimos e financiamentos	16	9.795	11.113
Debêntures	17	800.694	783.245
Dividendos a pagar		131.250	824.833
Benefícios pós-emprego	18.3	52.272	48.415
Encargos do consumidor a recolher	19	29.032	176.798
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	182.572	228.457
Passivos financeiros setoriais	7	885.385	139.770
Passivo de arrendamentos	21.2	35.998	31.448
Outras contas a pagar	22	116.642	116.348
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	-	7.294
		4.099.543	4.827.276
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	11.4	531.242	535.572
Empréstimos e financiamentos	16	14.499	168.634
Debêntures	17	3.970.656	2.416.356
Benefícios pós-emprego	18.3	818.492	802.222
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	305.256	266.650
Passivos financeiros setoriais	7	46.280	153.409
Passivo de arrendamentos	21.2	100.833	69.365
Outras contas a pagar	22	10.317	15.522
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	1.861.828	3.319.501
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	1.821.933	-
Provisões para litígios	23.1	686.372	671.638
		10.167.710	8.418.869
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.1	5.359.206	5.359.206
Ajustes de avaliação patrimonial		(103.977)	(103.977)
Reserva legal		306.744	306.744
Reserva de retenção de lucros	24.3	1.658.323	1.808.323
Dividendo adicional proposto		-	188.260
Lucros acumulados		(779.735)	-
		6.440.561	7.558.556
TOTAL DO PASSIVO		20.707.812	20.804.701

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações de Resultados

dos períodos de seis meses e de três meses, findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	6.747.954	6.411.052	3.225.986	3.336.462
Custos Operacionais	26	(5.749.594)	(5.553.023)	(2.778.535)	(2.898.131)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		998.360	858.029	447.451	438.331
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	26	(104.163)	(87.191)	(43.036)	(43.899)
Despesas gerais e administrativas	26	(176.423)	(195.193)	(85.519)	(102.260)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(126.422)	(56.604)	(54.145)	(14.911)
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	(810.563)	-	(810.563)	-
		(1.217.570)	(338.988)	(993.262)	(161.070)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(219.210)	519.041	(545.811)	277.261
Resultado Financeiro	27				
Receitas financeiras		310.134	228.180	147.996	116.878
Despesas financeiras		(317.624)	(124.988)	(177.537)	(37.406)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins		(1.011.370)	-	(1.011.370)	-
		(1.018.860)	103.192	(1.040.911)	79.472
LUCRO OPERACIONAL		(1.238.071)	622.233	(1.586.723)	356.733
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.6				
Imposto de renda e contribuição social		(134.029)	(110.986)	15	(5.155)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		592.364	(106.171)	578.935	(119.806)
		458.335	(217.157)	578.950	(124.961)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(779.735)	405.076	(1.007.772)	231.772
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS AÇIONISTAS - em reais					
Ações ordinárias		(0,14549)	0,07584	(0,18805)	0,04339

As notas explicativas - NE são parte integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos períodos de seis meses e de três meses, findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(779.735)	405.076	(1.007.772)	231.772
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ganhos (perdas) com passivos atuariais					
benefícios pós-emprego		-	(280)	-	(280)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		-	95	-	95
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	(185)	-	(185)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(779.735)	404.891	(1.007.772)	231.587

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.341.443	(213.925)	263.851	1.400.827	420.718	-	7.212.914
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	405.076	405.076
Perdas atuariais, líquidas de tributos		-	(185)	-	-	-	-	(185)
Resultado abrangente total do exercício		-	(185)	-	-	-	405.076	404.891
Deliberação do Dividendo adicional proposto						(420.718)	-	(420.718)
Saldo em 30 de junho de 2021		5.341.443	(214.110)	263.851	1.400.827	-	405.076	7.197.087
Saldo em 1º de janeiro de 2022		5.359.206	(103.977)	306.744	1.808.323	188.260	-	7.558.556
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	(779.735)	(779.735)
Perdas atuariais, líquidas de tributos		-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	(779.735)	(779.735)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(188.260)	-	(188.260)
Distribuição de Reserva de retenção de lucros		-	-		(150.000)	-	-	(150.000)
Saldo em 30 de junho de 2022		5.359.206	(103.977)	306.744	1.658.323	-	(779.735)	6.440.561

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	30.06.2022	30.06.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		(779.735)	405.076
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa pelas atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		60.686	81.719
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	9	(58.963)	(41.559)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	53	6
Baixas de ativos de contrato	8	4.742	1.984
Imposto de renda e contribuição social	11.6	134.029	110.986
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.6	(592.364)	106.171
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	1.821.933	-
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		128.134	31.563
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	18.4	82.617	73.326
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	56.304	56.446
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	25.1	(747.667)	(869.739)
Amortização	26	219.561	200.009
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	26.5	165.147	106.082
Resultado das baixas de intangível	13	24.163	12.414
		518.639	274.484
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		679.474	20.537
Ativos financeiros setoriais		606.152	291.232
Depósitos judiciais		(4.188)	(30.841)
Outros créditos		88.186	(202.053)
Estoques		(6.739)	(22.128)
Imposto de renda e contribuição social		(4.852)	(8.973)
Outros tributos a recuperar		(20.293)	(72.221)
Despesas antecipadas		24	(1.040)
Partes relacionadas		(1.975)	1.888
		1.335.788	(23.599)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(171.469)	62.472
Partes relacionadas		(3.887)	(1.759)
Fornecedores		(366.252)	(280.046)
Outras obrigações fiscais		383.453	3.726
Benefícios pós-emprego	18.4	(62.490)	(58.697)
Encargos do consumidor a recolher		(147.765)	68.603
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	(79.036)	(82.456)
Outras contas a pagar		(4.911)	(15.094)
Provisões para litígios quitadas	23.1.1	(72.454)	(59.345)
		(524.811)	(362.596)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.329.616	(111.711)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.577)	(96.386)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	16.4	(3.046)	(4.561)
Encargos de debêntures pagos	17.2	(166.000)	(46.773)
Encargos de mútuo pagos		(4.895)	-
Encargos de passivos de arrendamento pagos	21.2.1	(4.675)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.148.424	(259.431)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		104.552	6.220
Aquisições de ativos de contrato		(1.132.725)	(748.962)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		115.506	55.122
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(912.667)	(687.620)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de mútuo com partes relacionadas		100.000	-
Ingressos de debêntures emitidas	17.2	1.500.000	-
Custos de transação na emissão de debêntures		(14.445)	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	16.4	(139.756)	(9.642)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	21.2.1	(18.028)	(18.534)
Amortizações de principal do mútuo com a controladora		(100.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.013.093)	(240.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		314.677	(268.176)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		550.433	(1.215.227)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	393.317	1.461.797
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	943.750	246.570
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		550.433	(1.215.227)

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações do Valor Adicionado
dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		30.06.2022	30.06.2021		
Receitas					
Venda de energia e outros serviços		10.390.320		8.635.163	
Receita de construção		963.288		762.258	
Valor justo do ativo indenizável da concessão		58.963		41.559	
Ativos e passivos financeiros setoriais		747.667		869.739	
Outras receitas		10.032		8.868	
Perdas de crédito esperadas		(78.664)		(61.397)	
		12.091.606		10.256.191	
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia elétrica comprada para revenda		3.019.806		3.157.503	
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER		836.646		862.184	
Material, insumos e serviços de terceiros		286.032		259.402	
Custo de construção		879.247		694.394	
Perda / Recuperação de valores ativos		49.653		30.927	
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins		810.563		-	
Outros insumos		120.734		83.709	
		6.002.681		5.088.119	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		6.088.926		5.168.072	
(-) Amortização		219.561		200.009	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		5.869.365		4.968.063	
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras		310.134		228.180	
Outras receitas		169.282		124.153	
		479.416		352.334	
		6.348.780		5.320.397	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		30.06.2022	%	30.06.2021	%
Pessoal					
Remunerações e honorários		253.701		245.945	
Planos previdenciário e assistencial		85.358		77.388	
Auxílio alimentação e educação		33.166		33.289	
Encargos sociais - FGTS		15.045		14.566	
Programa de desligamentos voluntários		(3.973)		(873)	
Prêmio de desempenho e participação nos lucros		31.622		92.036	
		414.920	6,5	462.351	8,7
Governo					
Federal					
Tributos		29.712		603.430	
Encargos setoriais		2.685.534		1.595.032	
Estadual		2.655.054		2.127.076	
Municipal		1.287		1.087	
		5.371.587	84,6	4.326.625	81,3
Terceiros					
Juros		324.058		124.992	
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins		1.011.370			
Arrendamentos e aluguéis		6.384		254	
Doações, subvenções e contribuições		196		1.099	
		1.342.008	21,1	126.345	2,4
Acionistas					
Lucros (prejuízos) retidos		(779.735)		405.076	
Remuneração do capital próprio		-		-	
Lucro Líquido do Período		(779.735)	(12,3)	405.076	7,6
		6.348.780		5.320.397	

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 30 de junho de 2022
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria “B”, sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/22.

A Companhia explora a distribuição regulada de energia elétrica em 1.113 localidades, pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Os municípios de Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07/07/2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros.

Cabe ao poder Concedente e à Aneel: expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

A Companhia não atua em outros segmentos, possuindo apenas o segmento de Distribuição.

2. Base de Preparação

2.1 Declarações de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 09.08.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, reconhecidos a valor justo, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel Distribuição. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas divulgadas na NE nº 2.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2021.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2021.

3.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	123.719	148.783
Aplicações financeiras de liquidez imediata	820.031	244.534
	943.750	393.317

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96,0% e 98,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	30.06.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98% a 100% do CDI	858	822
		858	822
	Não circulante	858	822

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.06.2022	Saldo 31.12.2021
Consumidores					
Residencial	368.788	227.530	43.043	639.361	858.070
Industrial	222.675	20.256	47.708	290.639	330.134
Comercial	232.599	52.506	28.546	313.650	443.173
Rural	79.171	24.279	4.624	108.074	151.459
Poder público	36.715	2.385	319	39.419	58.532
Iluminação pública	35.104	85	-	35.189	55.943
Serviço público	47.019	1.284	575	48.878	62.350
Receita de fornecimento não faturada	602.603	-	-	602.603	948.936
Parcelamento de débitos (6.1)	299.234	38.747	66.202	404.182	343.667
Subsídio baixa renda - Eletrobras	22.530	-	-	22.530	17.712
Outros créditos	52.119	23.105	72.358	147.584	147.203
(-) Bônus Redução Voluntária de Consumo (6.2)	(2.669)	-	-	(2.669)	(134.890)
	1.995.887	390.177	263.375	2.649.440	3.282.289
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	3.705	-	-	3.705	4.950
CCEE	54.836	-	-	54.836	155.324
Receita de suprimento não faturada	5.168	-	-	5.168	5.516
	63.710	-	-	63.710	165.790
Encargos de uso da rede elétrica	285.962	1.544	6.001	293.506	295.772
(-) Perdas de créditos esperadas (6.3)	(14.479)	(27.376)	(135.902)	(177.757)	(158.086)
	2.331.080	364.345	133.474	2.828.899	3.585.765
Circulante				2.741.072	3.515.448
Não circulante				87.827	70.317

6.1 Parcelamento de débitos

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 30.06.2022, estão a valor presente, e considera o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, em 1,10% a.m. (1,16% a.m. em 31.12.2021).

6.2 Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em função do cenário de escassez hídrica vivenciado ao longo dos últimos anos, o Governo Federal propôs a criação do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética - CREG, com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem seu consumo de energia e, desta forma, evitar a contratação de usinas mais caras.

Para ter direito ao bônus, o consumidor deveria reduzir seu consumo de energia nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos neste período fosse, ao menos, 10% menor em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Atingida a meta de redução, o consumidor recebeu um bônus de R\$ 0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021, em relação ao mesmo período de 2020. No entanto, o bônus a ser creditado na conta de luz é limitado a 20% da energia economizada.

Os consumidores aptos a receber o bônus são os da baixa tensão (grupo B) e os de média e alta tensão (grupo A), apenas das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

Os custos do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica serão custeados pelo Encargos de Serviço do Sistema (ESS), a ser repassado pela CCEE às distribuidoras.

A Companhia registrou, em 31.12.2021, um crédito no montante de R\$ 134.890 em Ativo - Consumidores, concessionárias e permissionárias referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa em contrapartida de Ativo - Outros Créditos. Para os consumidores elegíveis, o bônus creditado nas faturas, foi reembolsado às distribuidoras na contabilização da CCEE. Em 30.06.2022 o saldo remanescente é de R\$ 2.669.

6.3 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1º.01.2022	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 30.06.2022
Consumidores				
Residencial	50.267	64.404	(50.413)	64.258
Industrial	41.227	(18.293)	9.171	32.105
Comercial	58.296	24.645	(10.759)	72.182
Rural	2.960	2.897	(1.532)	4.325
Poder público	381	338	(13)	706
Iluminação pública	11	5	-	16
Serviço público	(27)	1.753	(59)	1.667
Não faturado	2.474	(463)	-	2.011
Ajuste a valor presente	(1.504)	(566)	-	(2.070)
	154.085	74.720	(53.605)	175.200
Concessionárias e permissionárias	4.001	2.672	(4.116)	2.557
	158.086	77.392	(57.721)	177.757

As perdas de créditos esperadas são apresentadas, nas Demonstrações de Resultados, em despesas com vendas. A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a Clientes está divulgada na NE nº 28.2.1.b.

7. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais compreendem as diferenças apuradas entre a cobertura tarifária para os custos de energia, encargos e outros componentes financeiros, e os custos reais incorridos, de modo que geram um saldo a receber (direito) pela distribuidora ou a ressarcir (obrigação) aos consumidores. O resultado dessa operação, após homologação pela Aneel, passará a compor os próximos reajustes tarifários.

O saldo em 30.06.2022 dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos é constituído pela amortização referente ao reajuste tarifário 2021, que representa o saldo homologado pela Aneel já contemplado na tarifa, e por valores em constituição que serão homologados nos próximos eventos tarifários.

7.1 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	Saldo em 1º.01.2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Balanço Patrimonial	Saldo em 30.06.2022
		Constituição	Amortização	Atualização		Constituição	
Parcela A							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	1.286.966	154.188	(344.846)	57.548	-	-	1.153.856
Transporte de energia pela rede básica	180.521	(48.108)	(157.030)	7.977	-	-	(16.640)
Transporte de energia de Itaipu	14.018	(9.935)	(16.055)	693	-	-	(11.279)
Energia elétrica comprada para revenda	(475.842)	(350.711)	139.150	(15.102)	40.107	-	(662.398)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.786)	397.212	(44.354)	10.086	-	-	344.158
Proinfa	10.501	73.799	(12.482)	3.136	-	-	74.954
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	531.280	326.012	(36.027)	25.084	(443.689)	-	402.660
	1.528.658	542.457	(471.644)	89.422	(403.582)	-	1.285.311
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(604.152)	(286.327)	249.173	(18.864)	-	-	(660.170)
Devoluções tarifárias	(198.997)	(17.778)	56.859	(6.261)	-	-	(166.177)
Devoluções de créditos Pis e Cofins	(337.350)	-	368.327	-	-	(1.593.100)	(1.562.123)
Neutralidade	81.177	44.721	(35.558)	1.810	-	-	92.150
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(184)	(239)	192	(148)	-	-	(379)
Sobrecontratação	(78.596)	181.424	(42.730)	(4.950)	(50.312)	-	4.836
Bônus Itaipu	(26.450)	46.914	(233)	(4.517)	-	(4.713)	11.001
Conta escassez hídrica (a)	-	-	2.881	(2.293)	-	(145.846)	(145.258)
Demais	110.196	90.795	18.433	14.264	-	(1.701)	231.987
	(1.054.357)	59.510	617.344	(20.959)	(50.312)	(1.745.360)	(2.194.133)
	474.301	601.967	145.700	68.463	(453.894)	(1.745.360)	(908.822)
Ativo circulante	383.740						-
Ativo não circulante	383.740						22.843
Passivo circulante	(139.770)						(885.385)
Passivo não circulante	(153.409)						(46.280)

a. Conta Escassez Hídrica

Em 13 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.939 regulamentou a MP nº 1.078/2021 que dispôs sobre medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica, autorizando-se a contratação de operação financeira para cobrir, total ou parcialmente, os custos decorrentes deste cenário e dos diferimentos aplicados nos processos tarifários anteriores.

Em 15.03.2022, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 1.008, que apresenta os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, na qual serão alocados os recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais temporariamente assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição relacionados: à estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (competência de abril de 2022); aos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia; ao custo da importação de energia (competências de julho e agosto de 2021); entre outros.

Em 03.05.2022, o Despacho Aneel nº 1.177 fixou os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, referentes aos montantes de recursos solicitados no Termo de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Em 09.05.2022 a Copel Distribuição recebeu o montante de R\$ 145.844, reconhecendo um componente financeiro negativo em igual valor, atualizado pela taxa SELIC desde a data do crédito, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.008/2022.

A ANEEL homologará quotas específicas da CDE, denominadas CDE Escassez Hídrica, a serem recolhidas a partir de 2023, a partir dos processos tarifários.

b. Reajuste tarifário anual 2022

No processo de reajuste tarifário anual, conforme Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022 (NE nº 25.3), foram destinados R\$ 1,593 bilhão, decorrente de ação judicial movida pela Companhia referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins (NE nº 11.5).

Ainda, tendo em vista a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, indicada na Lei nº 14.182 de 12.07.2021, e o que consta da Resolução CNPE nº 15/2021 de 31.08.2021, foi determinado que, o correspondente a 50% do valor adicionado proveniente da bonificação pela outorga dos contratos de concessão renovados das hidrelétricas da Eletrobrás, sejam repassados à modicidade tarifária, nos termos da lei. Em junho/2022, no processo de reajuste tarifário da Copel Distribuição, foram repassados R\$ 318.060 como item financeiro “CDE Modicidade Eletrobrás”, sendo este recurso, recebido em 29.07.2022.

8. Ativos de Concessão

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2022	1.851.866	(53.671)	1.798.195
Adições	1.090.350	-	1.090.350
Participação financeira do consumidor	-	(115.506)	(115.506)
Transferências de/para bens para uso futuro	19.195	-	19.195
Transferências de/para o intangível (NE nº 13)	(568.576)	80.183	(488.393)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	(82.927)	11.136	(71.791)
Baixas	(4.742)	-	(4.742)
Em 30.06.2022	2.305.166	(77.858)	2.227.308

Os Ativos de Concessão são compostos por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, mensurados ao custo histórico, líquidos das Obrigações Especiais.

À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos ao Ativo Intangível (NE nº 13) ou a Contas a Receber Vinculados à Concessão (NE nº 9), conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo:

	30.06.2022	31.12.2021
Encargos financeiros capitalizados	8.001	12.785
Taxa média	0,17%	0,38%

9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Em 1º.01.2022	1.200.708
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	71.791
Transferências para uso futuro (NE nº 8)	(19.195)
Transferência para outros créditos (bens destinados a alienação)	(541)
Reconhecimento do valor justo	58.963
Baixas	(53)
Em 30.06.2022	1.311.673

10. Outros Créditos

	30.06.2022	31.12.2021
Serviços em curso (a)	203.788	199.156
Repasso CDE (b)	96.013	68.999
Bandeira tarifária - CCRBT (c)	8.961	9.892
Alienações e desativações em curso	30.161	34.741
Adiantamento a empregados	21.558	11.287
Adiantamento para indenizações imobiliárias	3.678	1.389
Crédito Bônus redução voluntária de consumo (6.2)	2.917	134.892
Outros créditos	22.839	18.254
	389.916	478.610
Circulante	379.712	455.868
Não circulante	10.204	22.742

a. Serviços em curso

Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE (NE nº 20), os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

b. Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados à Companhia, para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. O valor repassado referente ao período de junho de 2020 a maio de 2021 foi de R\$ 47.005 mensais (Resolução Homologatória nº 2.704/2020) mensais;

Quando da homologação do resultado do último Reajuste Tarifário Anual, em junho de 2021, o valor foi alterado para R\$ 47.661 mensais (Resolução Homologatória nº 2.886/2021 de 22.06.2021), sendo R\$ 45.019 relativos à previsão para o ciclo 2021-2022 e R\$ 2.643, referente a diferenças anteriores. O valor mensal para junho/2022 a maio/2023 foi fixado em R\$ 47.684 mensais (Resolução Homologatória nº 3.049/2022 de 21.06.2022), sendo R\$ 43.613 o montante principal e R\$ 4.071 relativo à diferença entre os valores previstos e realizados no período de junho/2021 a maio/2022.

11. Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social

	30.06.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	35.609	32.375
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(2.853)
	35.609	29.523
Ativo não circulante		
IR e CSLL a recuperar	19.161	18.713
	19.161	18.713
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	25.366	81.113
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(81.113)
	25.366	-

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2022	Resultado	Saldo em 30.06.2022
Ativo não circulante			
Provisões para litígios	229.397	3.330	232.727
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	-	619.457	619.457
Benefícios pós-emprego	288.944	6.857	295.801
Provisão para P&D e PEE	133.866	577	134.443
Perdas de créditos esperadas	54.650	6.393	61.043
INSS - liminar sobre depósito judicial	56.458	2.552	59.010
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(1)	55.653	55.652
Provisão para perdas tributárias	11.279	-	11.279
Provisão para participação nos lucros	69.115	(57.148)	11.967
Programa Prêmio por Desempenho dos empregados	12.407	(12.407)	-
Instrumentos financeiros	12.637	71	12.708
Programa de desligamentos voluntários	11.581	(9.760)	1.821
Outros	28.993	(2.311)	26.682
	909.326	613.264	1.522.590
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	185.070	16.658	201.728
Atualização de depósitos judiciais	29.528	940	30.468
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	12.088	3.302	15.390
Outros	3.459	-	3.459
	230.145	20.900	251.045
Líquido	679.181	592.364	1.271.545
Ativo apresentado no BP	679.181		1.271.545

11.3 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos, registrados no ativo e passivo não circulantes, decorrentes de diferenças temporais, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Segue detalhamento dos principais itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisões de P&D e PEE: serão realizados pelos gastos incorridos nos projetos realizados;
- Contrato de concessão: serão realizados no decorrer do prazo do contrato.

Os demais valores constituídos serão realizados quando atenderem aos critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

11.3.1 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2022	85.409	(3.400)
2023	143.606	(6.073)
2024	371.572	(5.397)
2025	422.587	(5.885)
2026	64.033	(6.371)
2027 a 2029	145.379	(11.860)
2030 a 2032	290.004	(212.058)
	1.522.590	(251.045)

11.4 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	30.06.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	109.610	94.288
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	1.204.248	1.516.272
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	3.725	14.837
(-) PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(80.367)	(167.931)
Outros tributos a compensar	47	-
	1.237.262	1.457.467
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	136.551	112.312
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	2.625.385	2.839.372
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	1.060	1.060
Outros tributos a compensar	33.190	33.207
	2.796.186	2.985.951
Passivo circulante		
ICMS a recolher	229.478	275.798
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	54.333	52.168
Outros tributos	6.595	6.772
	290.405	334.738
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	173.551	166.046
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	357.691	369.526
	531.242	535.572

- (a) Pagamento suspenso por liminar relativo a INSS sobre remuneração a título de: i) afastamento de empregado por motivos de doença ou acidente, nos primeiros 15 dias; e ii) 1/3 constitucional sobre férias gozadas. Os valores estão sendo depositados em juízo.
- (b) A Companhia aderiu, em 2017, ao Pert (MP nº 783/2017 e IN nº 1711/2017), em decorrência da alteração da forma de tributação sobre os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais para regime de competência, antes realizada pelo regime de faturamento, conforme entendimento da Receita Federal (Solução de Consulta Cosit nº 101/2016). A operação resultou no pagamento de 20% do débito e, a partir de janeiro de 2018, pagamento do saldo em 145 parcelas mensais de R\$ 3.572, corrigidos pela Selic.

11.5 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS

Em 12.08.2009, a Copel Distribuição impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Copel Distribuição reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, a partir da habilitação do crédito originário da Cofins junto à Receita Federal. O crédito do PIS ainda está em processo de habilitação, sob análise da Receita Federal.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel DIS, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 30.06.2022:

Em 1º.01.2022		4.355.265
Atualização monetária		139.565
Compensação com tributos a recolher		(665.198)
Em 30.06.2022		3.829.632
	Circulante	1.204.248
	Não Circulante	2.625.385

O saldo do ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais.

11.5.1 Passivo a restituir para consumidores

A Companhia, com o auxílio de seus assessores legais, registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado da ação, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores, propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/ permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

No reajuste tarifário de 24.06.2022 o total de R\$ 1.593.100, com efeito redutor, foi considerado como item financeiro, de modo que este saldo foi transferido para a conta de passivos financeiros setoriais (NE 7), conforme quadro a seguir:

Em 1º.01.2022		3.326.795
Atualização monetária crédito tributário		121.763
(-) PIS/COFINS sobre atualização		(5.662)
Atualização monetária saldo para devolução		12.032
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais		(1.593.100)
Em 30.06.2022		1.861.828
Não Circulante		1.861.828

O saldo do Passivo será restituído ao consumidor, à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

11.5.2 Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel DIS teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de assessores legais, a Copel DIS decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

A Administração da Copel DIS entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do Passivo até 30.06.2022:

Em 1º.01.2022	-
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	810.563
Atualização monetária crédito tributário	1.011.370
Em 30.06.2022	1.821.933
Passivo Não Circulante	1.821.933

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

11.6 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2022 a 30.06.2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(1.238.071)	622.233	(1.586.723)	356.733
IRPJ e CSLL (34%)	420.944	(211.559)	539.486	(121.289)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	42.500	-	42.500	-
Despesas indedutíveis	(7.176)	(5.711)	(3.051)	(1.792)
Incentivos fiscais	2.061	4.431	-	2.444
Outros	5	(4.318)	15	(4.324)
IRPJ e CSLL correntes	(134.029)	(110.986)	15	(5.155)
IRPJ e CSLL diferidos	592.364	(106.171)	578.935	(119.806)
Alíquota efetiva - %	37,0%	34,9%	36,5%	35,0%

12. Depósitos Judiciais

	30.06.2022	31.12.2021
Fiscais	234.713	221.648
Trabalhistas	102.850	84.429
Cíveis		
Cíveis	24.947	37.035
Servidões de passagem	10.580	14.151
Consumidores	4.488	3.867
	40.015	55.053
Outros	65	65
	377.643	361.195

Do saldo apresentado, o montante de R\$ 173.551 em 30.06.2022 (R\$ 166.046 em 31.12.2021) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 11.4).

13.Intangível

	em serviço	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2022	9.330.317	(2.734.133)	6.596.184
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	568.576	(80.183)	488.393
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(221)	-	(221)
Quotas de amortização - concessão (a)	(276.470)	75.645	(200.825)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(5.264)	-	(5.264)
Baixas	(24.163)	-	(24.163)
Em 30.06.2022	9.592.775	(2.738.671)	6.854.104

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da capitalização para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é de 3,9%.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível, líquidos das Obrigações Especiais. Essas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municipais, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não configuram passivos onerosos ou créditos do acionista. A amortização é iniciada quando da sua transferência para o Intangível em Serviço, por método linear baseado na vida útil estimada do ativo, e será totalmente amortizado durante o prazo da concessão.

14.Obrigações Sociais e Trabalhistas

	30.06.2022	31.12.2021
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	57.801	26.107
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	10.422	5.017
	68.223	31.124
Obrigações trabalhistas		
Férias e 13º Salário	74.265	62.967
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	49.083	240.240
Programa de desligamentos voluntários	6.828	35.533
Outros	(4)	-
	130.172	338.740
	198.395	369.864
Circulante	198.395	369.864

15.Fornecedores

	30.06.2022	31.12.2021
Energia elétrica	703.030	862.892
Materiais e serviços	474.188	389.259
Encargos de uso da rede elétrica	156.834	491.231
	1.334.052	1.743.382

16. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2022	31.12.2021
MOEDA ESTRANGEIRA											
Secretaria do Tesouro Nacional - STN											
Par Bond	Reestruturação da dívida (16.1)	Garantias	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	-	17.315	-	89.058
Discount Bond		depositadas (17.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	1,0625% + 0,20%	-	12.082	-	61.514
Total moeda estrangeira										-	150.572
415.855-22/14	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	-	16.984	8.620	9.580
										8.620	9.580
BNDES											
14205611-C	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	-	78.921	15.674	19.595
										15.674	19.595
Total moeda nacional										24.294	29.175
Valor bruto										24.294	179.747
(-) Custo de transação										-	-
Valor líquido										24.294	179.747
Circulante										9.795	11.113
Não Circulante										14.499	168.634

16.1 Cauções e depósitos vinculados - STN

Em 10.03.2022 foi realizada liquidação antecipada dos saldos de principal, cauções de garantia, juros e comissão objeto do Contrato de Confissão e Consolidação das Dívidas de Médio e Longo Prazos (DMLP), celebrado nos termos da Resolução do Senado Federal nº 98, de 23 de dezembro de 1992, alterada pelas Resoluções nº 90, de 4 de novembro de 1993, e nº 132, de 22 de dezembro de 1993, e Portarias MF nº 89, de 25 de abril de 1996 e nº 192, de 21 de junho de 1996, na forma do disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a importância de R\$ 137.148, com utilização integral das cauções constituídas em garantia, no valor atualizado nesta data de R\$ 127.797, e declara plenamente quitada a dívida contratada.

16.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

	30.06.2022	%	31.12.2021	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)				
Dólar norte-americano (14,91)	-	-	150.572	83,77
	-	-	150.572	83,77
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)				
Sem indexador (taxa fixa anual) -	24.294	100,00	29.175	16,23
	24.294	100,00	29.175	16,23
	24.294	100,00	179.747	100,00

16.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda Nacional			Total		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
30.06.2022						
2023	4.864	-	4.864	4.864	-	4.864
2024	5.818	-	5.818	5.818	-	5.818
2025	1.909	-	1.909	1.909	-	1.909
2026	1.909	-	1.909	1.909	-	1.909
2027	-	-	-	-	-	-
Após 2027	-	-	-	-	-	-
	14.499	-	14.499	14.499	-	14.499

16.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Moeda estrangeira	Circulante	Não circulante	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2022	1.298	149.274	150.572	9.812	19.363	29.175	179.747
Encargos	953	-	953	775	-	775	1.728
Variação monetária e cambial	75.365	(89.739)	(14.374)	-	-	-	(14.374)
Transferências	59.532	(59.535)	(3)	4.864	(4.864)	-	(3)
Amortização - principal	(134.894)	-	(134.894)	(4.864)	-	(4.864)	(139.758)
Pagamento - encargos	(2.254)	-	(2.254)	(792)	-	(792)	(3.046)
Em 30.06.2022	-	-	-	9.794	14.499	24.294	24.294

16.5 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2022, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos. *Covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
BNDES Finem nº 14205611 Financiamento a empreendimentos - Finem	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0

17. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2022	31.12.2021
3ª	20.10.2017	2	20.10.2022	126,0% da taxa DI	130,85% do DI	500.000	257.339	254.824
4ª	27.09.2018	3	27.09.2023	DI + spread 2,70%	DI + 3,96%	1.000.000	691.681	684.185
5ª, série 1	15.11.2019	3	15.11.2027	IPCA + 4,20%	IPCA + 4,61%	500.000	616.973	584.489
5ª, série 2	15.11.2019	2	15.11.2022	DI + spread 1,45%	DI + 1,65%	350.000	178.020	177.187
6ª, série 1	16.06.2021	2	15.06.2026	DI + 1,95%	DI + 2,02%	1.000.000	1.005.667	1.005.102
6ª, série 2	16.06.2021	3	15.06.2031	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	558.672	529.366
7ª, série 1	15.05.2022	2	15.05.2025	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	301.613	-
7ª, série 2	15.05.2022	2	15.05.2027	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	906.350	-
7ª, série 3	15.05.2022	3	15.05.2032	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	300.299	-
Valor bruto							4.816.615	3.235.153
(-) Custo de transação							(45.265)	(35.552)
Valor líquido							4.771.350	3.199.601
Circulante							800.694	783.245
Não Circulante							3.970.656	2.416.356

Debêntures simples, série única (3ª e 4ª emissão) em duas séries (5ª e 6ª emissão) e em três séries (7ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Interveniente garantidora: Copel

Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM

Garantias: Fidejussória

Pagamento de encargos: semestral

Emissão	Finalidade
3ª	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.
4ª	Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.
5ª, série 1	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.
5ª, série 2	Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.
6ª, série 1	Reforço do capital de giro da Emissora e a amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.
6ª, série 2	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao "Contrato de concessão nº 46/1999-ANEEL.
7ª, série 1	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.
7ª, série 2	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.
7ª, série 3	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.

17.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2023	333.334	(3.876)	329.458
2024	150.000	(6.015)	143.985
2025	854.586	(5.776)	848.810
2026	1.155.311	(5.220)	1.150.092
2027	655.311	(4.232)	651.079
Após 2027	857.224	(9.990)	847.234
	4.005.766	(35.110)	3.970.656

17.2 Mutação das debêntures

	circulante	não circulante	total
Em 1º.01.2022	783.245	2.416.356	3.199.601
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de Transação	-	(14.445)	(14.445)
Encargos e variação monetária	189.302	62.892	252.194
Transferências	(5.852)	5.852	-
Pagamento - encargos	(166.000)	-	(166.000)
Em 30.06.2022	800.694	3.970.656	4.771.350

17.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores. Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2022, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
3ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5 ≤ 3,5
4ª Emissão de Debêntures		
5ª Emissão de Debêntures		
6ª Emissão de Debêntures		
7ª Emissão de Debêntures		

18. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e plano assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

18.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998. O Plano III é um plano de Contribuição Variável – CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

18.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

18.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	30.06.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	725	766
Planos assistenciais	870.039	849.871
	870.764	850.637
Circulante	52.272	48.415
Não circulante	818.492	802.222

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Empregados				
Planos previdenciários	21.352	19.856	10.074	9.737
Plano assistencial - pós-emprego	45.979	38.610	22.990	19.305
Plano assistencial - funcionários ativos	29.784	28.133	14.653	14.098
(-) Transferências para ativos de concessão	(11.851)	(9.360)	(5.351)	(4.827)
	85.263	77.239	42.366	38.313
Administradores				
Planos previdenciários	78	136	39	66
Plano assistencial	17	13	9	7
	95	149	48	73
	85.358	77.388	42.414	38.386

18.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2022	48.415	802.222	850.637
Apropriação do cálculo atuarial	-	45.979	45.979
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	36.639	-	36.639
Ajuste referente a perdas atuariais	-	-	-
Transferências	29.709	(29.709)	-
Amortizações	(62.491)	-	(62.491)
Em 30.06.2022	52.272	818.492	870.764

18.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

As informações atuariais dos planos estão divulgadas na NE 19.5 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.

19. Encargos do Consumidor a Recolher

	30.06.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (NE nº 25.2.1)	29.032	29.032
Bandeira tarifária (NE nº 25.4)	-	147.766
	29.032	176.798

20. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Conforme a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua Receita Operacional Líquida regulatória entre os programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética, conforme Resoluções Normativas Aneel nºs 504/2012 e 556/2013, e revisado pela Resolução Normativa Aneel n.º 830/2018.

20.1 Saldos constituídos de P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.06.2022	Saldo em 31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT ¹	-	3.295	-	3.295	4.291
MME	-	1.647	-	1.647	2.145
P&D	84.502	988	62.281	147.771	158.978
	84.502	5.930	62.281	152.713	165.414
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel ²	-	3.611	-	3.611	19.882
PEE	111.722	1.977	217.804	331.503	309.811
	111.722	5.588	217.804	335.114	329.693
	196.224	11.518	280.085	487.828	495.107
			Circulante	182.572	228.457
			Não circulante	305.256	266.650

¹Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

²Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel

20.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT Circulante	MME Circulante	Procel Circulante	P&D	PEE	Total
Em 1º.01.2022	4.291	2.146	19.882	158.977	309.811	495.107
Constituições	11.001	5.500	5.500	11.000	22.001	55.002
Contrato de desempenho	-	-	-	-	1.302	1.302
Atualização (NE nº 27)	-	-	1.249	3.177	11.026	15.453
Recolhimentos	(11.997)	(5.999)	(19.335)	(5.292)	(7.197)	(49.820)
Conclusões	-	-	-	(20.091)	(9.125)	(29.216)
Em 30.06.2022	3.295	1.647	3.611	147.771	331.503	487.828

21. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos

21.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 30.06.2022
Imóveis	36.199	6.293	(1.795)	(620)	40.077
Veículos	48.076	45.334	(13.880)	-	79.530
Equipamentos	11.323	3.094	(3.058)	-	11.358
	95.598	54.721	(18.733)	(620)	130.965

21.2 Passivos de arrendamentos

21.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2022	31.448	69.365	100.813
Adições	9.624	45.096	54.720
Encargos	4.675	-	4.675
Transferências CP x LP	13.188	(13.188)	-
Pagamento - principal	(18.028)	-	(18.028)
Pagamento - encargos	(4.675)	-	(4.675)
Baixas	(234)	(439)	(673)
Em 30.06.2022	35.998	100.833	136.832

A taxa de desconto em 30.06.2022 é 14,36% a.a. (13,03% a.a. em 31.03.2022). A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,36% a.a.

21.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2023	15.464
2024	26.705
2025	14.458
2026	12.836
2027	1.130
Após 2027	30.240
Total	100.833

21.3 Direito Potencial de PIS e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	191.785	136.832
PIS/COFINS potencial	17.740	12.657

21.3.1 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	CPC 06 (R2) - IFRS 16	Orientação CVM	%
Passivo Leasing	136.832	163.464	19,46%
Direito de uso Líquido	130.965	152.573	16,50%
Despesa Financeira	4.621	5.687	23,08%
Despesa de Depreciação	18.733	21.048	12,36%

21.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 26.8). O saldo dos compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.06.2022	31.12.2021
Imóveis	6.992	21.095	55.318	83.405	74.584
Veículos	30.754	64.905	-	95.659	54.631
Equipamentos	7.960	4.761	-	12.721	12.911
	45.706	90.761	55.318	191.785	142.126

22. Outras Contas a Pagar

	30.06.2022	31.12.2021
Taxa de iluminação pública arrecadada	42.734	32.895
Consumidores	42.080	45.558
Cauções em garantia	7.291	11.889
Outras obrigações	34.855	41.528
	126.960	131.870
Circulante	116.642	116.348
Não circulante	10.317	15.522

23. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 das demonstrações financeiras de 31.12.2021, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

23.1 Provisões para litígios

23.1.1 Mutações das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em	Resultado		Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em
	1º.01.2022	Adições	Reversões			30.06.2022
Fiscais (23.3.a)	11.560	4.996	(820)		(1.880)	13.856
Trabalhistas (23.3.b)	410.112	56.439	(2.597)		(36.464)	427.490
Benefícios a empregados (23.3.c)	25.145	9.844	-		(94)	34.895
Cíveis (23.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	158.699	37.025	-		(19.802)	175.922
Servidões de passagem	18.060	-	-	554	1.063	19.677
Desapropriações e patrimoniais	1.692	-	-	149	-	1.841
Consumidores	3.763	2.043	(115)		(1.486)	4.205
Ambientais	3.686	30	(40)		-	3.676
	185.900	39.098	(155)	703	(20.225)	205.321
Regulatórias (23.3.e)	38.921	664	(20.984)		(13.791)	4.810
Total	671.638	111.039	(24.556)	703	(72.454)	686.372
Não circulante	671.638					686.372

23.2 Passivo contingente

23.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	30.06.2022	31.12.2021
Fiscais (23.3.a)	248.288	234.003
Trabalhistas (23.3.b)	226.454	207.162
Benefícios a empregados (23.3.c)	5.161	3.342
Cíveis (23.3.d)	333.872	2.085.487
Regulatórias (23.3.e)	1.155.426	1.070.687
	1.969.201	3.600.681

23.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
a. Fiscais				
Tributos federais				
Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	28.215	27.249
ICMS				
Mandado de Segurança que tem por objeto afastar o débito imputado pelo Estado do Paraná através do PAF nº 6.612.976-4. Houve decisão desfavorável à Companhia, proferida pelo Tribunal de Justiça, porém ainda sem trânsito em julgado. A Companhia interpôs recurso de agravo ao STJ, e assim foi procedida a revisão do risco.	-	-	45.712	42.917
IPTU				
Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	91.704	84.108
Outras				
Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	13.856	11.560	82.657	79.729
Total Fiscais	13.856	11.560	248.288	234.003
b. Trabalhistas				
Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	427.490	410.112	226.454	207.162
c. Benefícios a empregados				
Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	34.895	25.145	5.161	3.342
d. Cíveis				
Fumicultores				
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	85.194	79.092	78.423	68.103
Crédito PIS/CORFNS sobre ICMS				
Estimativa de contingência passiva relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, detalhado na NE nº 11.5, referente ao período que exacerba a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação. Conforme detalhado na mesma nota explicativa, a Aneel abriu Consulta Pública nº 005/2021 com intuito de aprimoramento da proposta de devolução destes créditos tributários aos consumidores mas até o momento não há decisão final em âmbito administrativo. Com a promulgação da Lei nº 14.385/2022, a Administração da Copel e seus assessores legais procederam nova análise, sendo reconhecida a provisão no passivo (NE 11.5.2).	-	-	-	1.775.347
Cíveis e direito administrativo				
Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	90.728	79.607	236.287	117.051

continua

Natureza / Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.03.2022	31.12.2021	31.03.2022	31.12.2021
d. Cíveis				
Servidões de passagem	19.677	18.060	17.105	5.893
Desapropriações e patrimoniais				
As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro em razão de inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões e das áreas desapropriadas. As desapropriações e patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse para retomada dos imóveis invadidos por terceiros em propriedades da concessionária.	1.841	1.692	609	114.672
Consumidores				
Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está fase de instrução	4.205	3.763	1.844	1.695
Ambientais				
Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	3.676	3.686	213	2.726
Total Cíveis	205.321	185.900	333.872	2.085.487
e. Regulatórias				
ESBR				
A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	1.150.862	1.066.487
Outras				
Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	4.810	38.921	4.564	4.200
Total Regulatórias	4.810	38.921	1.155.426	1.070.687
	686.372	671.638	1.969.201	3.600.681

24. Patrimônio Líquido

24.1 Capital social

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

	30.06.2022	31.12.2021
Capital social integralizado	5.359.206	5.359.206
Número de ações	5.359.205.949	5.359.205.949

24.2 Lucro (Prejuízo) Líquido por ação básico diluído

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Numerador básico e diluído				
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas				
Ações ordinárias	(779.735)	405.076	(1.007.772)	231.772
Denominador básico e diluído				
Média ponderada das ações				
Ações ordinárias	5.359.205.949	5.341.443.125	5.359.205.949	5.341.443.125
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas				
Ações ordinárias	-0,14549	0,07584	-0,18805	0,04339

24.3 Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição, ao final do exercício, ocorre mediante retenção do lucro líquido remanescente, após constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dividendos. Foi destinado em junho de 2022 o valor de R\$ 150.000 a título de JCP e Dividendos a pagar à Controladora, o qual foi quitado em julho de 2022.

25. Receita Operacional Líquida

25.1 Receita por classes

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Fornecimento de energia elétrica	5.070.641	3.826.935	1.980.749	1.902.979
Residencial	2.173.247	1.676.326	835.951	833.525
Industrial	596.212	504.796	263.317	262.101
Comercial, serviços e outras atividades	1.254.358	889.910	488.721	429.720
Rural	493.522	362.213	174.586	175.681
Poder público	164.144	102.018	64.077	49.892
Iluminação pública	167.586	128.780	62.182	68.761
Serviço público	221.572	162.892	91.915	83.299
Doações e subvenções	385.457	342.791	191.761	175.504
Suprimento de energia elétrica	123.329	187.429	67.861	150.377
Contratos bilaterais	31.355	47.861	15.488	29.854
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	91.974	139.567	52.373	120.522
Disponibilidade da rede elétrica	4.786.835	4.261.546	2.253.577	2.096.878
Residencial	1.559.387	1.436.202	711.514	696.030
Industrial	748.207	681.276	373.924	348.030
Comercial, serviços e outras atividades	977.294	830.641	446.260	397.312
Rural	342.652	305.413	151.616	143.809
Poder público	119.643	89.377	56.046	43.377
Iluminação pública	104.184	103.437	51.994	51.610
Serviço público	115.211	101.753	55.821	51.230
Consumidores livres	762.935	668.872	378.189	342.460
Concessionárias e geradoras	57.322	44.575	28.213	23.020
Receita de construção	963.288	762.258	523.319	430.849
Valor justo do ativo indenizável da concessão	58.963	41.559	30.493	27.930
Ativos e passivos financeiros setoriais	747.667	869.739	390.438	472.660
Outras receitas operacionais	193.340	140.615	101.490	71.905
Arrendamentos e aluguéis	169.282	124.153	87.736	63.564
Equipamentos e estruturas	169.282	107.463	87.736	55.205
Compartilhamento de instalações	-	16.629	-	8.335
Imóveis	-	61	-	23
Renda da prestação de serviços	6.782	2.840	4.432	1.273
Outras receitas	17.277	13.622	9.323	7.068
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12.329.520	10.432.873	5.539.688	5.329.083
(-) Tributos	(5.581.566)	(4.021.821)	(2.313.701)	(1.992.621)
(-) Pis/Pasep e Cofins	(801.580)	(689.553)	(353.107)	(348.438)
(-) ICMS	(2.646.731)	(2.120.736)	(1.180.454)	(1.036.335)
(-) Encargos setoriais (25.2)	(2.133.255)	(1.211.533)	(780.140)	(607.849)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.747.954	6.411.052	3.225.986	3.336.462

25.2 Encargos setoriais

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (25.2.1)	1.266.564	848.500	626.330	387.968
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia (25.2.1)	82.472	13.745	41.236	13.745
Bandeiras tarifárias	723.851	289.362	85.276	174.925
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (20.2)	55.002	54.999	25.152	28.210
Taxa de fiscalização	5.366	4.927	2.147	3.001
	2.133.255	1.211.533	780.140	607.849

25.2.1 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem entre suas fontes de recursos, para cumprir seus objetivos, as quotas pagas pelos agentes que negociam energia com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas. A Companhia realiza pagamentos do encargo CDE-Uso, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos na lei. As quotas anuais para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias.

A partir da competência de junho/2021, a Companhia passou recolher a cota relativa à CDE Conta COVID no montante de R\$ 29.032, segregada entre CDE Uso e CDE Energia. Esse encargo, previsto no Despacho 939/2021, é repassado na tarifa aos consumidores e tem a finalidade de amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da Conta COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885/2020.

O saldo é composto da seguinte forma:

	Período	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
CDE USO^(a)	Cotas	1.174.842	833.213	580.469	372.681
	Conta Covid ^(b)	91.722	15.287	45.861	15.287
		1.266.564	848.500	626.330	387.968
CDE ENERGIA^(b)	Conta Covid ^(b)	82.472	13.745	41.236	13.745
		82.472	13.745	41.236	13.745
Total		1.349.036	862.245	667.566	401.713

(a) CDE Uso: Res. Homologatória nº 3.034/2022 (mai a dez/22), Res. Homologatória nº 3.004/2021 (jan-abr/22); Res. Homologatória nº 2.814/2020 e Nota Técnica Aneel nº 12/2021 (jan-fev/21); Resolução Homologatória nº 2.834/2021 (mar-dez/21).

(b) CDE Uso e CDE Energia - Conta Covid: Despacho nº 939/2021 (junho/21-junho/22) de R\$ 20.032.

25.3 Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição

A Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2022 da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049 de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% no IRT de junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886 de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

25.4 Bandeiras Tarifárias

O Sistema de Bandeiras Tarifárias foi instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015 para indicar a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final, em função das condições para geração de energia elétrica, apresentando as seguintes modalidades:

Modalidades de bandeiras		Acréscimo a cada 100 kWh consumidos (atual)
Bandeira verde	condições favoráveis de geração de energia.	não há acréscimo
Bandeira amarela	condições de geração menos favoráveis.	R\$ 1,87
Bandeira vermelha Patamar 1	condições mais custosas de geração.	R\$ 3,97
Bandeira vermelha Patamar 2	condições ainda mais custosas de geração.	R\$ 9,49
Bandeira de escassez hídrica	vigorou no período de maior crise hídrica - 01/09/2021 a 15/04/2022	R\$ 14,20

O segundo trimestre de 2022, prevaleceu a bandeira verde, após melhora das condições hídricas e de sucessivos períodos em que foram aplicadas as modalidades de bandeira vermelha e de bandeira de escassez hídrica, para cobertura dos maiores custos de geração de energia verificados desde o início de 2021.

26. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	30.06.2022
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(2.867.080)	-	-	-	-	(2.867.080)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(1.188.096)	-	-	-	-	(1.188.096)
Pessoal e administradores (26.3)	(227.746)	-	(72.890)	-	-	(300.636)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(63.680)	-	(21.678)	-	-	(85.358)
Material	(31.622)	-	(2.965)	-	-	(34.587)
Serviços de terceiros (26.4)	(188.126)	(1.405)	(48.849)	-	-	(238.380)
Amortização	(202.463)	-	(17.098)	-	-	(219.561)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	-	(78.664)	-	(86.483)	-	(165.147)
Custo de construção (26.6)	(963.288)	-	-	-	-	(963.288)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	(17.491)	(24.094)	(12.943)	(39.939)	-	(94.467)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (11.5.2)	-	-	-	-	(810.563)	(810.563)
	(5.749.594)	(104.163)	(176.423)	(126.422)	(810.563)	(6.967.164)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	30.06.2021
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(2.966.970)	-	-	-	-	(2.966.970)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(1.089.324)	-	-	-	-	(1.089.324)
Pessoal e administradores (26.3)	(279.525)	-	(90.574)	-	-	(370.099)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(57.404)	-	(19.984)	-	-	(77.388)
Material	(23.411)	-	(1.234)	-	-	(24.645)
Serviços de terceiros (26.4)	(174.677)	(1.227)	(47.044)	-	-	(222.948)
Amortização	(184.275)	-	(15.734)	-	-	(200.009)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	9.293	(81.927)	-	(33.447)	-	(106.081)
Custo de construção (26.6)	(762.258)	-	-	-	-	(762.258)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	(24.472)	(4.037)	(20.623)	(23.157)	-	(72.289)
	(5.553.023)	(87.191)	(195.193)	(56.604)	-	(5.892.011)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1º.04.2022 a 30.06.2022
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(1.424.827)	-	-	-	-	(1.424.827)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(458.281)	-	-	-	-	(458.281)
Pessoal e administradores (26.3)	(102.363)	-	(32.812)	-	-	(135.175)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(31.751)	-	(10.662)	-	-	(42.414)
Material	(18.502)	-	(2.016)	-	-	(20.518)
Serviços de terceiros (26.4)	(103.535)	(761)	(25.363)	-	-	(129.659)
Amortização	(102.650)	-	(8.386)	-	-	(111.036)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	-	(30.093)	-	(36.143)	-	(66.236)
Custo de construção (26.6)	(523.319)	-	-	-	-	(523.319)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	(13.305)	(12.183)	(6.279)	(18.002)	-	(49.769)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (11.5.2)	-	-	-	-	(810.563)	(810.563)
	(2.778.535)	(43.036)	(85.519)	(54.145)	(810.563)	(3.771.798)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1º.04.2021 a 30.06.2021
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(1.555.451)	-	-	-	-	(1.555.451)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(549.864)	-	-	-	-	(549.864)
Pessoal e administradores (26.3)	(139.401)	-	(46.438)	-	-	(185.839)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 18.3)	(28.356)	-	(10.030)	-	-	(38.386)
Material	(10.922)	-	(676)	-	-	(11.598)
Serviços de terceiros (26.4)	(82.038)	(595)	(22.082)	-	-	(104.715)
Amortização	(92.917)	-	(7.038)	-	-	(99.955)
Perdas de créditos, provisões e reversões (26.5)	9.293	(51.059)	-	(7.843)	-	(49.609)
Custo de construção (26.6)	(430.849)	-	-	-	-	(430.849)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (26.7)	(17.627)	7.755	(15.996)	(7.068)	-	(32.936)
	(2.898.131)	(43.899)	(102.260)	(14.911)	-	(3.059.202)

26.1 Energia elétrica comprada para revenda

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.726.627	1.646.793	845.512	793.203
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	126.563	406.314	83.765	302.461
Itaipu Binacional	714.374	889.007	364.208	441.094
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	209.038	131.845	104.519	65.923
Micro e mini geradores e recompra de clientes	324.265	130.897	144.784	67.369
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(233.787)	(237.886)	(117.961)	(114.600)
	2.867.080	2.966.970	1.424.827	1.555.450

26.2 Encargos de uso da rede elétrica

Encargos de Uso da Rede Elétrica	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Encargos de uso do sistema	768.143	774.294	389.690	387.269
Encargos dos serviços do sistema - ESS	341.753	268.470	12.229	107.780
Encargos de transporte de Itaipu	68.503	87.890	35.176	45.084
Encargo de energia de reserva - EER	129.466	67.677	67.187	64.082
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(119.769)	(109.007)	(46.001)	(54.351)
	1.188.096	1.089.324	458.281	549.864

26.3 Pessoal e administradores

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Pessoal				
Remunerações	175.309	180.018	90.349	91.187
Encargos sociais	63.686	64.244	32.374	31.972
Auxílio alimentação e educação	33.166	33.289	16.369	16.475
Provisão para Participação nos lucros e/ou resultados (a)	35.197	74.705	7.971	37.284
Prêmio de desempenho	(3.660)	17.137	(12.162)	8.993
Programa de desligamentos voluntários	(3.973)	(873)	(25)	(873)
	299.724	368.520	134.876	185.038
Administradores				
Honorários	636	1.076	318	538
Encargos sociais	178	301	89	150
Prêmio de desempenho	86	195	(114)	109
Outros gastos	12	6	6	3
	912	1.578	300	800
	300.636	370.098	135.175	185.838

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

26.4 Serviços de terceiros

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Manutenção do sistema elétrico	102.888	99.851	55.216	46.143
Comunicação, processamento e transmissão de dados	32.240	32.660	15.775	14.881
Manutenção de instalações	20.757	23.265	12.173	11.467
Atendimento a consumidor	33.156	28.255	17.852	15.016
Leitura e entrega de faturas	26.838	25.842	13.883	12.960
Consultoria e auditoria	7.305	5.684	4.602	3.673
Outros serviços	15.196	7.390	10.159	574
	238.380	222.947	129.659	104.714

26.5 Perdas estimadas, provisões e reversões

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Provisão para litígios				
Perdas de créditos esperadas de Clientes (6.3)	77.392	61.119	29.238	30.457
Perdas de créditos esperadas de Outros créditos	1.272	278	855	72
Perdas de créditos esperadas	78.664	61.397	30.093	30.529
	165.147	106.082	66.236	49.610

26.6 Custo de construção

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Material	560.926	454.106	302.128	258.159
Serviços de terceiros	314.812	236.116	176.117	134.139
Pessoal	76.001	63.347	38.622	33.274
Outros	11.549	8.689	6.451	5.277
	963.288	762.258	523.319	430.849

26.7 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Perdas na desativação e alienação de bens	35.173	20.161	16.284	4.992
Indenizações	7.715	6.519	4.992	3.887
Tributos	12.252	8.555	5.934	4.057
Propaganda e publicidade	3.816	3.837	1.904	1.925
Arrendamentos e aluguéis (26.8)	5.580	3	2.719	96
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	29.933	33.214	17.933	17.979
	94.467	72.289	49.767	32.936

26.8 Arrendamentos e aluguéis

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Imóveis	4.043	3.697	2.343	1.241
Veículos	15.280	12.482	8.160	6.432
Equipamentos	9.088	2.824	4.688	1.430
Outros	676	(215)	128	(243)
(-) Reclassificação IFRS 16	(22.704)	(18.534)	(12.170)	(8.695)
(-) Créditos de PIS e Cofins	(803)	(251)	(430)	(69)
	5.580	3	2.720	96

27. Resultado Financeiro

	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Receitas financeiras				
Reconhecimento de crédito tributário (NE nº 11.5) (a)	17.801	9.078	9.064	5.512
Acréscimos moratórios sobre faturas	155.092	163.294	82.423	86.911
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	39.333	32.801	9.826	30.337
Renda de aplicações financeiras	30.020	9.000	21.549	3.890
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	11	-	(14.372)
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 7.1)	75.760	9.134	43.630	5.366
Outras receitas financeiras	5.068	14.737	(11.908)	4.691
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(12.941)	(9.875)	(6.588)	(5.457)
	310.134	228.180	147.996	116.878
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	233.087	77.917	130.363	24.815
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	14.534	26.625	9.934	199
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 20.2)	15.453	5.330	7.821	3.118
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 7.1)	7.297	940	3.505	940
Outras despesas financeiras	47.253	14.176	25.914	8.334
	317.624	124.988	177.537	37.406
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE nº 11.5)	1.011.370	-	1.011.370	-
Resultado Financeiro	(1.018.860)	103.192	(1.040.911)	79.472

(a) Valor sem desconto de PIS/COFINS.

28. Instrumentos Financeiros

28.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	30.06.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	943.750	943.750	393.317	393.317
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	858	858	822	822
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	1.311.673	1.311.673	1.200.708	1.200.708
			2.256.281	2.256.281	1.594.847	1.594.847
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			38.227	38.227	51	51
Caução STN (d)	16.1		-	-	142.764	115.643
Clientes (a)	6		2.828.899	2.828.899	3.585.765	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (a)	7		22.843	22.843	767.480	767.480
			2.889.969	2.889.969	4.496.060	4.468.939
Total dos ativos financeiros			5.146.250	5.146.250	6.090.907	6.063.786
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	7		931.665	931.665	293.179	293.179
Pert¹ (b)	11.4		412.024	351.477	421.694	361.080
PIS/COFINS a restituir consumidores	11.5		1.861.828	1.861.828	3.326.795	3.326.795
Fornecedores (a)	15		1.334.052	1.334.052	1.743.382	1.743.382
Empréstimos e financiamentos (d)	16		24.294	22.211	179.747	150.263
Debêntures (e)	17		4.816.615	4.698.056	3.235.153	3.235.153
Total dos passivos financeiros			9.380.479	9.199.290	9.199.950	9.109.852

¹Programa Especial de Regularização Tributária – Pert

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado.

28.1.1 Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização;
- Para os ativos classificados como nível 1 e nível 2, calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.3.2 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 1,36%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 30.06.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

28.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	943.750	393.317
Títulos e valores mobiliários (a)	858	822
Cauções e depósitos vinculados (a)	38.227	142.815
Clientes (b)	2.828.899	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (c)	22.843	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	1.311.673	1.200.708
	5.146.250	6.090.907

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. A Companhia possui carteira extremamente pulverizada, atendendo mais de 4,9 milhões de consumidores, sendo que os grandes clientes são monitorados periodicamente de forma a evitar riscos de crédito.
- A Administração considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os 3 próximos anos seguintes. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.06.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 16	997	1.845	8.108	15.445	-	26.395
Debêntures	NE nº 17	-	385.234	873.257	4.076.727	1.439.826	6.775.044
Fornecedores	-	1.333.091	3	958	-	-	1.334.052
Pis e Cofins a restituir a consumidores	NE nº 11.5	-	-	-	1.781.203	357.912	2.139.115
Pert	Selic	4.564	9.240	43.442	269.740	201.988	528.974
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	74.551	151.483	722.026	55.287	-	1.003.347
Passivo de arrendamentos	NE nº 21.2	4.810	9.676	36.123	105.591	88.687	244.887
		1.418.013	557.481	1.683.914	6.303.993	2.088.413	12.051.814

Conforme divulgado nas NEs nºs 16.5 e 17.3, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

28.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

28.2.4 Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira. Atualmente, a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e, portanto, não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais. O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário.

a. Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos e fornecedores expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.06.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,09) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen de 01.07.2022. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2022		
		30.06.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	244.967	(6.922)	52.590	112.101
		244.967	(6.922)	52.590	112.101

28.2.5 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

a. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.06.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 13,75% e IPCA - 7,96%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 30.06.2022	Cenários projetados - dez.2022		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	858	57	43	29
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	38.227	2.544	1.923	1.292
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	22.843	1.520	1.149	772
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.311.673	51.205	38.586	25.848
		1.373.601	55.326	41.701	27.941
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Sem Risco	(24.294)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(3.328.059)	(221.437)	(274.671)	(327.129)
Debêntures	Alta IPCA	(1.443.291)	(56.343)	(70.101)	(83.735)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(931.664)	(61.990)	(76.892)	(91.577)
Pert	Alta Selic	(412.024)	(27.415)	(34.005)	(40.500)
		(6.139.331)	(367.185)	(455.669)	(542.941)

28.2.6 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 60% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Desde setembro de 2020, o Sistema Interligado Nacional vem apresentando o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia de demais órgãos do setor atuaram para mitigar os riscos de racionamento, com destaque para um elevado despacho termoeletrônico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema.

A melhora dos níveis de armazenamento observada nos últimos meses arrefeceu as políticas públicas de enfrentamento à crise hídrica instaurada em 2021 e os órgãos responsáveis pelo setor passaram a adotar medidas menos severas na operação do sistema, contudo, mantendo a otimização dos recursos hídricos para garantia do pleno atendimento à carga. O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE através da Resolução 29, de 12 de dezembro de 2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

28.2.7 Risco quanto aos impactos do GSF

Os efeitos do GSF, no segmento de distribuição, são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra e das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, bem como nos custos dos contratos por disponibilidade celebrados com usinas térmicas. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

28.2.8 Risco de não manter a concessão de distribuição

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECi e FECi). O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório. Em 17 de novembro de 2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

a. Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	aporte de capital ^(a)
			limitação de distribuição de dividendos e JCP
			regime restritivo de contratos com partes relacionadas
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos	extinção da concessão
		no ano base	plano de resultados
		2 anos consecutivos	limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	extinção da concessão

(a) Em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do

Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

b. Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DECi	FECi	DECi	FECi
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	ATINGIDO	9,29	6,84	7,20	4,76

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DEC	FEC	DEC	FEC
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)		9,19	6,80		

Dívida Líquida	Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no anexo VIII-A da REN nº 948/2021.
QRR	Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.
LAJIDA ou EBITDA Recorrente:	Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.
Indicadores de qualidade	Conforme NT 068/2021 – SRD/ANEEL e Resolução Autorizativa 10.231/2021, os indicadores de qualidade a partir de 2022 passaram a ser o DEC e o FEC.

28.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

Com base nos dados do segundo trimestre de 2022, a Distribuidora estima finalizar o ano com um nível de contratação de 106,8%. Mesmo estando sobrecontratada a empresa estima um montante de involuntariedade (178 MW médios) suficientes para que a contratação prevista para o ano tenha repasse na tarifa. Desta forma, não há previsão de risco de sobrecontratação.

28.2.10 Pandemia do coronavírus

Para mitigar o risco de eventuais impactos de um agravamento da pandemia do coronavírus, a Companhia mantém monitoramento dos contratos e fornecedores, acompanhamento da liquidez do mercado de energia e sua precificação de mercado de curto prazo, bem como participa das negociações com as autoridades competentes para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira da cadeia de distribuição de energia elétrica no Brasil.

28.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

28.4 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

A Companhia monitora o capital usando o índice representado pela dívida líquida dividido pelo lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Lajida) e ainda, monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	30.06.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	24.294	179.747
Debêntures	4.771.350	3.199.601
(-) Caixa e equivalentes de caixa	943.750	393.317
(-) Títulos e valores mobiliários	858	822
Dívida líquida	3.851.037	2.985.209
Patrimônio líquido	6.440.561	7.558.556
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,60	0,39

29. Transações com Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo		Custo / Despesa	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	30.06.2021
Controlador						
Estado do Paraná						
Programa Energia Solidária (a)	10.326	5.590				
Programa Tarifa Rural Noturna - TRN (b)	14.813	10.378				
Empregados cedidos (c)		18				
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (d)			375	391	(1.294)	(1.179)
Companhia Paranaense de Energia						
Contrato de mútuo						
Financiamentos repassados - STN (NE nº 17.2)				150.572		
Compartilhamento (i)	896	304		3.131	1.385	(6.190)
Entidades com influência significativa						
BNDES (e) - Financiamentos (NE nº 16)			15.674	19.595	(242)	(828)
Companhia sob controle comum						
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Energia elétrica para revenda (f)			2.609	4.145	(16.908)	(16.205)
Rede básica e de conexão (f)			22.553	22.294	(152.713)	(165.144)
Compartilhamento (i)	5.163	4.017	7.684	8.439	(4.774)	(4.753)
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (g) (h)			297	265	(1.460)	(1.990)
Marumbi Transmissora de Energia S.A. (g) (h)			67	68	(408)	(398)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (g) (h)			75	75	(460)	(684)
Compartilhamento (i)	1.641	1.394	-	-	2.700	2.019
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 26)					(912)	(1.577)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18)					(95)	(149)
Outras partes relacionadas						
Companhia de Saneamento do Paraná (j)			-	-	(786)	(777)
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (h)			134	136	(790)	(779)
Caiuá Transmissora de Energia S.A. (g) (h)			1.176	1.133	(5.906)	(8.375)
Rede básica e de conexão						
Cantareira Transmissora de Energia S.A. (h)			422	443	(2.555)	(2.267)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (h)			1.187	1.012	(5.539)	(4.592)
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (h)			803	785	(4.817)	(4.540)
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (h)			318	363	(2.019)	(2.115)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (h)			526	539	(3.208)	(3.146)
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos			38.883	34.069	(1.942)	(1.434)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 18)			870.764	850.637		
Lactec (k)			726	1.012	(172)	(186)

29.1 Referências às Partes relacionadas:

- O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.
- O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná é regulamentado pelo Decreto 1.288 de 30.04.2019. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.

- c. Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de PECLD.
- d. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampicidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- e. O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.
- f. A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- g. A Companhia mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- h. A Companhia mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- i. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado com a Copel Distribuição e as empresas do grupo, anuído pela Aneel. Os valores apresentados no resultado são líquidos e, quando credores, referem-se à recuperação de despesa.
- j. A Copel Distribuição mantém com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, contrato de fornecimento de serviços de Saneamento Básico.
- k. O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

No que diz respeito à remuneração da pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

29.2 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel Distribuição na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs 16 e 17.

29.3 Compartilhamento

A empresa mantém contratos de compartilhamento de pessoal com empresas do grupo representando na posição de 30.06.2022 o valor ativo de R\$ 7.700 (R\$ 5.715 em 31.12.2021) e valor passivo de R\$ 7.684 (R\$ 11.571 em 31.12.2021). Adicionalmente, em 31.12.2021 a empresa possuía um saldo a receber da Copel GET, referente a encargos de conexão de R\$ 10, recebido no primeiro semestre de 2022.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, correspondem a:

	30.06.2022	31.12.2021
Contratos de compra e transporte de energia	97.589.003	104.938.555
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.078.652	1.374.177

31. Seguros

A especificação por modalidade de risco dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2022	703.335
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2022	700.221
Seguro D&O (a)	28.03.2023	130.950
Garantia Judicial	28.01.2025	15.281
Garantia Judicial	26.10.2022	11.271
Garantia Judicial	05.05.2024	9.002
Garantia Judicial	30.06.2024	7.273
Garantia Judicial	08.02.2024	7.107
Garantia Judicial	25.01.2024	6.030
Garantia Judicial	25.11.2023	5.745

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.06.2022, de R\$ 5,2380.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de riscos diversos e garantia de pagamento. Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

32. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

32.1 Transações que não envolvem caixa

Em consonância com as informações constantes na NE nº 8, estão demonstradas no quadro abaixo as transações que, por não envolverem caixa, não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

	30.06.2022	30.06.2021
Adições dos ativos de concessão (NE 8)	1.090.350	790.916
Compras efetuadas a prazo	(197.640)	(146.788)
Compras efetuadas a prazo no exercício anterior	240.718	104.834
Apropriações / reversões	(703)	-
	1.132.725	748.962

Conforme NE nº 21.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 18.733, sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo
Maximiliano Andres Orfali
Membros
Ana Letícia Feller
Marco Antônio Barbosa Cândido
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
Presidente
Marco Antônio Barbosa Cândido
Membros
Carlos Biedermann
Luiz Claudio Maia Vieira
CONSELHO FISCAL
Membros titulares
Demetrius Nichele Macei
Harry Françóia Júnior
José Paulo da Silva Filho
Membros suplentes
Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Otamir Cesar Martins
Verônica Peixoto Coelho
DIRETORIA
Diretor Geral
Maximiliano Andres Orfali
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Hemerson Luiz Barbosa Pedroso
CONTADOR
Robson Carlos Nogueira
CRC-PR- 047941/O-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO
SEGUNDO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2022**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2022, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 09 de agosto de 2022

(assinado eletronicamente)

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionista da
Copel Distribuição S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Copel Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 9 de agosto de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A. - Copel DIS, sociedade anônima de capital aberto, Categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. referentes às demonstrações financeiras intermediárias da Copel Distribuição, relativas ao exercício findo em 30.06.2022; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Copel Distribuição, relativas ao exercício findo em 30.06.2022.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 09 de agosto de 2022

(assinado eletronicamente)

Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de
Relações Institucionais
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)

Hemerson Luiz Barbosa Pedroso
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Copel Distribuição S.A.